



Aumento do desconto em tarifa social de energia vai à Câmara

Projeto aprovado ontem pelo Plenário permite a redução que pode chegar a 70% do valor da conta de luz para quem consumir até 50 quilowatts hora por mês

Os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica poderão ter um desconto ampliado para 70% da conta de luz para quem consumir até 50 quilowatts hora por mês. O abatimento está previsto em projeto aprovado ontem no Plenário.

A proposta, que segue para a Câmara, prevê que faixas maiores de consumo terão descontos menores.

Hoje, o maior desconto é de 65% para quem consome até 30 quilowatts hora por mês.

Para o autor da proposta, Roberto Rocha, a mudança vai beneficiar com tarifas mais baixas um maior número de consumidores. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

O projeto aprovado no Plenário vai proporcionar conta de luz mais barata para famílias de baixa renda e ampliar o número de consumidores beneficiados

Reeleição de conselheiro tutelar não terá mais limite

O Plenário aprovou ontem a recondução ilimitada dos conselheiros tutelares em seus cargos. O Estatuto da Criança e do Adolescente só permitia que isso fosse feito uma vez. O projeto de lei segue para sanção presidencial. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Conselheiros tutelares acompanham a votação do texto nas galerias da Casa

Para governo, PEC da Previdência mantém direitos

Na instalação da comissão que acompanhará a reforma da Previdência, o secretário do setor, Rogério Marinho, disse que o sistema previdenciário pode ser ajustado sem retirar direitos adquiridos. **5**

Mutuário com um ano de carteira poderá usar FGTS **4**

SUS deverá ter até 30 dias para detectar câncer **6**

Ministro pretende dobrar número de turistas até 2022 **7**

Oferta de crédito rural caiu, dizem debatedores **8**

Decisão final sobre a CPI dos Tribunais Superiores será do Plenário do Senado

O relatório do senador Rogério Carvalho, contrário à criação da CPI dos Tribunais Superiores, foi aprovado ontem na Comissão

de Constituição e Justiça por 19 votos favoráveis a 7 contrários. A decisão final sobre a comissão, no entanto, caberá ao Plenário. **4**



Genildo Mangalá/Agência Senado

O relatório contrário à criação da CPI foi aprovado ontem na comissão

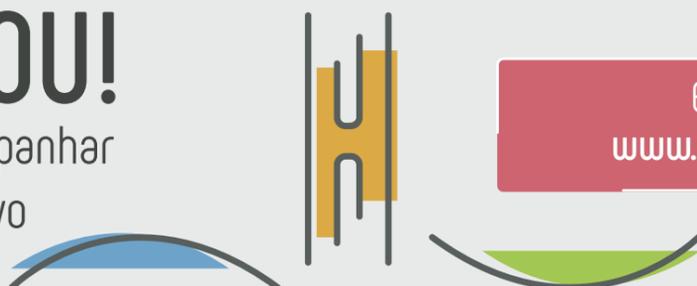
Desconto para aposentados de 50% em remédios segue para a Câmara

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais dá a aposentados e pensionistas que ganham até o teto da

Previdência Social o direito a desconto de 50% em medicamentos. O benefício será subsidiado pelo governo federal. **6**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Castro é eleito presidente da Comissão de Orçamento

Eleição ocorreu ontem após a instalação do colegiado misto. Relator-geral do Orçamento da União para 2020 será o deputado Domingos Neto e o relator da LDO, o deputado Cacá Leão

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) foi instalada ontem e elegeu como presidente o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Ao agradecer pela eleição, conduzida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), Castro afirmou que exercerá a presidência com isenção e transparência e vai dialogar com todos os partidos, líderes e parlamentares.

— De todas as missões do Parlamento, talvez nenhuma seja mais importante que a elaboração do Orçamento — disse.

O senador citou como um dos desafios do colegiado a votação de projeto do Executivo de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 248,9 bilhões (PLN 4/2019).

Os 31 deputados e 11 senadores que integram a nova composição do colegiado

deverão analisar e votar os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária da União (LOA) para 2020 e o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

O relator da LDO 2020 será o deputado Cacá Leão (PP-BA) e o relator-geral do Orçamento da União para 2020, o deputado Domingos Neto (PSD-CE).

As funções de presidente e relator-geral são exercidas a cada ano por representantes do Senado e da Câmara, alternadamente.

As lideranças partidárias terão de indicar ainda este mês os nomes dos relatores da Receita, do PPA e das prestações de contas presidenciais, além dos relatores setoriais da LOA.



Deputado Cacá Leão (E) ouve o presidente da comissão, Marcelo Castro

Transferência de imóveis do INSS para a União já é lei

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com um veto a Lei 13.813, de 2019, que transfere para a União imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

A norma é decorrente de uma medida provisória (MP 852/2018), editada pelo então presidente Michel Temer e aprovada como projeto de lei de conversão por deputados e senadores em fevereiro. A sanção e a mensagem de vetos foram publicadas ontem no *Diário Oficial da União*.

A norma transfere para a União 3,8 mil imóveis, que passam a ser administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Segundo a justificativa do Poder Executivo, a transferência deve reduzir o déficit previdenciário com a amortização de dívidas do FRGPS junto ao Tesouro Nacional.

Os imóveis, que podem ser vendidos pela União, são avaliados em R\$ 6 bilhões.

A nova lei também acaba com o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A medida libera R\$ 1,4 bilhão em imóveis que podem ser alienados, doados ou cedidos pela SPU a municípios em obras de infraestrutura, saúde e educação, incluindo programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida.

Demanda

O texto permite ainda a venda direta dos imóveis no caso de leilão público “deserto ou fracassado”, quando não há interesse de compradores.

Caso haja ausência de demanda em duas concorrências consecutivas, a norma autoriza um desconto de 10% no valor dos imóveis avaliados

em até R\$ 5 milhões.

Bolsonaro vetou o último artigo do texto. O dispositivo, incluído por meio de emenda parlamentar à MP, previa que empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e do Metrô de Porto Alegre (Trensurb) teriam os mesmos salários e aposentadorias dos servidores da empresa pública Valec Engenharia, Construções e Ferrovias. Atualmente, a paridade existe apenas para funcionários da extinta RFFSA transferidos para os quadros da Valec.

De acordo com a mensagem de veto, a extensão da paridade a empregados da CBTU e do Trensurb “usurpa a competência privativa do presidente da República”. O Palácio do Planalto argumenta ainda que o dispositivo vetado não tem “pertinência temática” com a medida provisória.

Vetada dispensa de reavaliação para pessoa com HIV

Foi vetado integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que dispensava de reavaliação pericial a pessoa com HIV/Aids aposentada por invalidez.

O PLS 188/2017 foi aprovado no Senado em abril do ano passado, na forma do substitutivo do senador Romário (Pode-RJ). Em dezembro, a Câmara aprovou a proposta.

De acordo com a mensa-

gem, o presidente da República, Jair Bolsonaro, consultou o Ministério da Economia sobre o texto. Ele justificou o veto afirmando que a proposta estabelece presunção legal vitalícia de incapacidade, “independentemente das circunstâncias peculiares a cada caso e em desconsideração permanente dos avanços da medicina”.

A mensagem presidencial também considera que o projeto “afasta-se do princípio

da seletividade na prestação dos benefícios da Previdência Social”. Ainda de acordo com a justificativa do Executivo, “a proposta legislativa tem o potencial de estigmatizar e violar a dignidade do segurado com HIV, que seria afastado, por presunção, da possibilidade de reabilitação profissional, decorrente de perícia médica periódica, que tem ainda a relevante função de combate a fraudes no âmbito previdenciário.”

Cinco colegiados de medidas provisórias começam a trabalhar

Foram instaladas ontem as comissões mistas das Medidas Provisórias 870, sobre a organização da Presidência e dos ministérios; 871, que trata de irregularidades em benefícios previdenciários; 872, que tem como assunto gratificação a servidores da AGU; 875, sobre auxílio a vítimas de Brumadinho (MG); e 876, que trata do registro público de empresas mercantis.

O deputado Arthur Lira (PP-AL) solicitou ao senador Fernando Coelho Bezerra

(MDB-PE), que será relator da MP 870/2019, que não haja excesso de audiências públicas. Para ele, senadores e deputados já têm sua posição formada e não mudarão de opinião por influência das audiências.

— Respeitando o direito do debate democrático, vários dos temas são questões já formadas pelos deputados e senadores. Claro que deve ser garantida a realização das audiências públicas, mas não deve haver exageros — disse.

Contrato critica a desigualdade social no Brasil

No Brasil, criminaliza-se a pobreza como se ser pobre fosse pré-requisito para ser criminoso, disse Fabiano Contarato (Rede-ES). Ele afirmou que sempre denunciará o descaso do governo com a população mais pobre e atuará contra o preconceito, a discriminação, os privilégios, e a concentração da riqueza nas mãos de tão poucos. Para o senador, é mentira que todos são iguais perante a lei.

— Os crimes de maior prejuízo quem pratica são os políticos, os governos.



Fabiano Contarato/Agência Senado

Confúcio Moura celebra 90 anos de Guajará-Mirim (RO)

A cidade de Guajará-Mirim (RO) completa 90 anos de emancipação ontem, disse Confúcio Moura (MDB-RO). Ao homenagear a cidade, o senador destacou que Guajará-Mirim faz divisa com a Bolívia e tem 95% do território formado por florestas preservadas.

— A cidade tem os rios mais puros, a água mais limpa do nosso país. É uma cidade que tem a maior comunidade de índios do estado de Rondônia, muitas etnias — disse Confúcio.



Confúcio Moura/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Saúde indígena

9h Entre 21 itens, o PLC 96/2017, que torna obrigatória informação sobre deficiência da mulher vítima de agressão doméstica. Depois, audiência sobre saúde indígena. Representante do Ministério da Saúde está entre os convidados.

CPI DE BRUMADINHO Depoimento

9h Análise de requerimentos. Depois, oitiva do ex-diretor de Ferrosos e Carvão da Vale Gerd Poppinga.

MP 866/2018 Navegação aérea

9h Análise do relatório.

MP 868/2018 Marco do Saneamento

9h Audiência pública. Entre os convidados, representantes da USP e do Banco Mundial.

MP 863/2018 Capital de fora em aéreas

9h30 Análise do relatório.

CRE Ministro da Defesa

10h Audiência com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para discutir projetos e perspectivas da pasta.

CTFC Obras paradas em creches

10h Audiência para discutir obras paralisadas de creches e pré-escolas.

MP 862/2018 Nova região no DF

10h Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 13/2015, que insere na Constituição o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve passar por mais uma sessão de discussão em primeiro turno.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovado desconto maior em tarifa social de energia

Projeto, que segue para a Câmara, permite a redução da conta de luz em até 70% para quem consumir 50 kWh por mês. Hoje, o maior desconto é de 65% para consumo de até 30 kWh por mês

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que aumenta o desconto para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). A redução na conta de luz mensal pode chegar a 70% do valor para quem se encaixar no programa.

O projeto prevê o desconto máximo de 70% para quem consumir até 50 quilowatts-hora (kWh) por mês. Entre 51 kWh e 150 kWh por mês, o desconto será de 50%. Se a faixa de consumo ficar entre 151 kWh e 250 kWh, o desconto cairá para 20%. Não haverá desconto para quem consumir acima de 250 kWh por mês.

A lei atual prevê descontos e limites de consumo menores: 65% para consumo de até 30 kWh; 40% se o consumo ficar entre 31 kWh e 100 kWh; e 10% de desconto caso o consumo fique entre 101 kWh e 220 kWh. Não há desconto para consumo acima de 220 kWh mensais.

Para o autor, Roberto Rocha (PSDB-MA), a mudança



Roberto Rocha explica que projeto vai aumentar número de beneficiados

vai proporcionar conta mais barata para famílias de baixa renda e ampliar o número de consumidores beneficiados.

Roberto Rocha explicou que esses descontos serão bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem orçamento para 2019 de mais de R\$ 20 bilhões. A CDE tem como um de seus objetivos justamente subsidiar descontos tarifários a diversos usuários, como famílias de baixa renda, consumidores rurais e irrigação.

O projeto teve pareceres favoráveis nas Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde foi relatada por Davi Alcolumbre (DEM-AP), e de Assuntos Econômicos (CAE), na qual o relator foi Otto Alencar (PSD-BA). A CAE teria a palavra final, mas um requerimento assinado por dez senadores, em dezembro, solicitou a discussão em Plenário. O projeto segue agora para a Câmara.

Conselheiro tutelar não terá limite de recondução

A recondução ilimitada dos conselheiros tutelares em seus cargos foi aprovada ontem. A medida consta do Projeto de Lei (PL) 1.783/2019, aprovado por unanimidade. O texto segue para sanção presidencial.

O conselho tutelar é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990) como órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. São cinco os conselheiros, escolhidos pela população por meio de eleição, com mandato de quatro anos. O ECA, contudo, permitia a recondução dos conselheiros

tutelares por apenas uma vez.

O projeto recebeu em Plenário parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentado pelo relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). O senador retirou do texto emenda incluída pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que determinava um prazo de 360 dias para a nova lei entrar em vigor.

Para o relator na CDH, Lucas Barreto (PSD-AP), com a proposta, os bons conselheiros terão oportunidade de dar continuidade ao trabalho em defesa de crianças e adolescentes na comunidade.

— Toda a sociedade do mu-

nícipio já os conhece, já tem o telefone, já sabe onde eles moram. Então, isso facilita muito — afirmou.

Simone Tebet (MDB-MS) destacou que o Brasil é líder no ranking de violência contra crianças e adolescentes da América Latina e são os conselheiros tutelares que fazem o trabalho preventivo.

Izalci Lucas (PSDB-DF) acrescentou que a proposta apenas possibilita aos conselheiros participar do processo de reeleição para o cargo.

A votação foi acompanhada pelo autor, deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), e por representantes dos conselhos, que ocuparam as galerias.

Acatadas novas regras para terceirização no Senado

O Plenário aprovou ontem um projeto de resolução com novas regras para a contratação dos colaboradores terceirizados do Senado. O texto (PRS 35/2019), que vai para promulgação, estabelece três critérios para definir a remuneração dos prestadores de serviços: valor médio de mercado, piso fixado em convenção coletiva e valor fixado mediante justificativa baseada em especificidades da Casa, o que permite salários acima do piso.

A proposição foi aprovada de forma unânime. O senador

Izalci Lucas (PSDB-DF), ao apresentar o relatório, afirmou que o projeto não contempla aumento de despesa, já que há previsão orçamentária para os contratos. Por outro lado, disse, haveria redução salarial se o Senado seguisse orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada em acórdão em dezembro de 2018.

Na decisão, o TCU determina que o Senado “se abstenha de prorrogar o contrato” firmado após uma licitação ocorrida no ano passado. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ex-

plicou que o TCU determinou a demissão de 1,6 mil ascensoristas, motoristas, serventes, copeiras e garçons terceirizados, que teriam sido contratados com vencimentos 30% acima da média da convenção coletiva. A resolução evita as demissões. Davi afirmou que “o Senado não se sujeita aos normativos específicos emanados do Executivo”. Para ele, a experiência e os investimentos em qualificação e treinamento dos terceirizados “se perdem caso não se promovam incentivos à sua permanência”.

Votação de projeto sobre autonomia de partidos políticos é adiada para terça-feira

Por decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi retirado da pauta do Plenário de ontem e remetido para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto que garante mais autonomia aos partidos para estabelecer cronogramas eleitorais, mandatos de dirigentes partidários e movimentações financeiras. A proposta será votada no colegiado e em Plenário na terça-feira.

O projeto, da Câmara dos Deputados, tramitava em regime de urgência e passou a constar da ordem do dia por acordo de líderes. Mas uma questão de ordem do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou entendimento anterior de que nenhuma proposição deve ir à deliberação sem que antes passe pelo menos por uma comissão da Casa.

A questão de ordem foi indeferida por Davi, o que suscitou um longo debate. Alvaro Dias (Pode-PR) ressaltou que é preciso analisar os questionamentos em torno do projeto. Também pediram mais tempo para análise Oriovisto Guimarães (Pode-PR), Soraya Thronicke (PSL-MS),

Reguffe (sem partido-DF), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Cid Gomes (PDT-CE).

— O Senado não pode votar uma matéria dessa envergadura em dois dias, é razoável que a gente encaminhe esse projeto para receber emendas — destacou Cid Gomes.

O relator do projeto, Marcos Rogério (DEM-RO), concordou com a necessidade de mais debate. Já Eduardo Braga (MDB-AM), Plínio Valério (PSDB-AM), Weverton (PDT-AM), Nelsinho Trad (PSD-MS), Vanderlan Cardoso (PP-GO) e Telmário Mota (Pros-RR) defenderam que a votação fosse realizada ontem.

Davi ressaltou que sempre construiu a pauta democraticamente com os líderes, alertou que não pode se furtar à sua autoridade como presidente da Casa, mas que, nesse caso, decidiu retirar o projeto da pauta.

— Que esta matéria seja uma exceção à regra, para que na semana que vem se possa deliberar na CCJ pela parte da manhã e que nós, no Plenário, à tarde e à noite, possamos votar — disse Davi.

Rejeitado envio de texto que dificulta propaganda de cigarro para nova comissão

O Plenário rejeitou o envio do projeto que amplia medidas contra o tabagismo para a análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Assim, o PLS 769/2015 será analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em votação final, como era previsto.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 20 de março e seguiria para a CCJ, mas o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) apresentou um requerimento em Plenário pedindo para que o texto fosse também apreciado pela CRA.

De José Serra (PSDB-SP), o projeto aumenta as restrições à propaganda, à venda e ao consumo de cigarros e de

outros produtos de tabaco. O senador afirmou que a proposta luta pela saúde e pela economia, já que o Brasil gasta bilhões de reais com os problemas de saúde pelo uso do tabaco. Ao pedir voto contrário ao requerimento, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) registrou que nenhuma indústria pode estar acima da saúde pública. Simone Tebet (MDB-MS) destacou que o projeto não proíbe a produção do tabaco, mas dificulta a publicidade do produto. Ela lembrou que seu pai, o ex-senador Ramez Tebet (1936-2006), morreu em decorrência de um câncer causado pelo cigarro.

— O cigarro mata mais de 160 mil brasileiros por ano — disse.

PEC permite a defensor-geral propor ação direta de inconstitucionalidade

O Plenário fez ontem a segunda sessão de discussão das PECs 31/2017 e 13/2015. As propostas seguem na ordem do dia para mais três sessões de discussão antes da votação em primeiro turno.

A PEC 31/2017 confere legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Do

ex-senador Antonio Carlos Valadares, o projeto estende à Defensoria Pública da União direito que já é garantido, por exemplo, à Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

Já a PEC 13/2015, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), insere no rol de direitos fundamentais do texto constitucional o “meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Decisão sobre CPI dos Tribunais será do Plenário

O arquivamento do pedido de criação de uma comissão de inquérito para investigar os tribunais superiores foi recomendado pela Comissão de Constituição e Justiça

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recomendou ontem o arquivamento do pedido de criação da CPI dos Tribunais Superiores. A CCJ acatou o relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE), contrário a levar adiante a criação da comissão parlamentar de inquérito. Foram 19 votos favoráveis e 7 contrários, transformando o relatório em parecer da comissão. A decisão ainda será apreciada pelo Plenário.

Carvalho é relator do recurso à CCJ apresentado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em 26 de março, Davi decidiu arquivar o pedido de CPI com base em pareceres técnicos emitidos pela Consultoria Legislativa e pela Advocacia do Senado, segundo os quais uma parte dos fatos usados para justificar a investigação estava fora dos limites da fiscalização do Senado. Em seguida, o próprio Davi remeteu sua decisão para análise da CCJ.

O requerimento de criação da CPI, de Alessandro Vieira (Cidadania-SE), obteve 29 assinaturas de apoio, dois senadores a mais do que o necessário. Durante a reunião da CCJ, o senador apresentou um voto em separado em que defendeu que o requerimento fosse recebido parcialmente, possibilitando assim a criação da CPI.

— O momento de avaliação da conveniência política da CPI não é o da CCJ, mas da coleta das assinaturas. Na CCJ estamos tratando objetivamente da possibilidade ou não de recepcionar um requerimento em parte — disse.

Alessandro lamentou a pressão do Supremo Tribunal Federal (STF) e de alguns setores para que a CPI não vá adiante.

— Não se admite em uma república democrática pessoas que se coloquem acima de qualquer medida de fiscali-



Rogério apresentou texto contrário à comissão e Alessandro é autor do pedido para a CPI

zação, do alcance da lei — apontou.

No voto em separado, o senador citou resultados da CPI do Judiciário, que funcionou em 1999, e considerou que “a comissão de inquérito, cumprindo seu papel fiscalizador e investigatório, apresentou resultados notáveis na tarefa de combate à corrupção no âmbito daquele Poder, desvelando os crimes cometidos por figuras como o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e o ex-senador Luis Estêvão”.

Relatório

Alessandro considerou que o parecer apresentado na reunião não aponta claramente quais são os fatos que não poderiam ser objeto de apuração da CPI dos Tribunais Superiores.

No relatório, Carvalho diz que “o principal sustentáculo da decisão pelo arquivamento” foi o fato de que alguns dos pontos listados no requerimento da criação da CPI tratavam de situações que são materialmente vedadas, por “pretenderem revolver o exercício de função tipicamente jurisdicional ou por expressar avaliação subjetiva



Fotos: Gerardo Magalhães/Agência Senado

sobre decisões tomadas no exercício da atividade-fim do Poder Judiciário”.

O relator admite, porém, que é urgente a necessidade de o Poder Judiciário e seus membros serem investigados e cobra do STF a iniciativa de reforma do Estatuto da Magistratura.

Segundo o senador, “não será o esgarçamento das relações entre os Poderes que conduzirá à pacificação e à superação dos gargalos institucionais identificados”.

Signatário do requerimento para a criação da CPI, Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou a decisão da CCJ e afirmou que alguns ministros têm se comportado com “ativismo judicial”, o que compromete o STF. A senadora Juíza Selma (PSL-MT) registrou que é competência do Senado processar e julgar ministros do STF nos crimes de responsabilidade e, portanto, não estaria vedado de fiscalizar e investigar os atos do Poder Judiciário. Mesmo entendimento tem Fabiano Contarato (Rede-ES), que sustentou que a CPI não tem o objetivo de condenar ninguém, mas apurar denúncias de irregularidades. Ele afirmou

que a investigação é uma demanda da sociedade.

— Não é caça às bruxas. Se temos competência para julgar ministros porque não temos competência para instalar uma CPI? Nenhum Poder se sobrepõe ao outro — disse.

Demanda popular

Contrário à criação da CPI, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que os brasileiros querem, na verdade, o combate à corrupção e a punição de criminosos. Segundo Pacheco, a criação da CPI poderia ser interpretada como “uma forma de coagir o Supremo”. Renan Calheiros (MDB-AL) também teme que a medida iniba a atuação dos ministros. Para ele, a investigação pode afetar a independência entre os Poderes.

— A CPI cria mais uma condição para que o STF seja chantageado.

Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou que a justificativa do requerimento evidencia que a CPI teria como foco investigar atos típicos de jurisdição, algo vedado pela legislação.

— Todos os fatos apontados somente poderiam ser objeto de investigação partindo-se de exame da decisão judicial e seu correspondente conteúdo. Entendo que o Judiciário não está a salvo de ser investigado, a questão é o respeito aos procedimentos regimentais e constitucionais — argumentou.

Líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE) afirmou que a CPI poderia atrapalhar as reformas necessárias para a retomada do crescimento. Lasier Martins (Pode-RS) respondeu que o Senado não pode se omitir.

— O trabalho da Previdência é lá na outra Casa. Daqui a pouco, virá a reforma tributária, depois a reforma política. E aí vai se protelando e jamais vai haver essa investigação — lamentou.

Comissão aprova FGTS para mutuário com um ano de serviço

Mutuários com um ano de trabalho com carteira assinada poderão usar o FGTS para liquidar ou amortizar o saldo devedor do financiamento. O benefício é previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 359/2015, aprovado ontem na Comissão de Assuntos So-

ciais (CAS). O texto foi para a Câmara.

De Paulo Paim (PT-RS), a proposta reduz o tempo de serviço sob regime de FGTS exigido para a obtenção do benefício, atualmente de três anos. O relator, Jayme Campos (DEM-MT), recomendou a aprovação, com a rejeição

de emenda anteriormente aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que restringia a concessão aos trabalhadores menos favorecidos.

“Os prazos previstos nas modificações são justos e equilibrados. Com um ano de contrato de trabalho, sob

o regime do FGTS, pode-se dizer que já há estabilidade, especialmente se considerarmos a precariedade das relações de trabalho atuais. Ademais, três anos de permanência no regime do FGTS, para a utilização dos saldos é um evidente exagero”, avalia.

Kajuru pede derrubada do arquivamento da CPI dos Tribunais Superiores

Jorge Kajuru (PSB-GO) classificou de melancólico o resultado da votação do parecer pelo arquivamento do pedido de criação da CPI dos Tribunais Superiores.

— Se a população brasileira amanhã enterrar este Senado, se ela concluir que este Senado está enterrado por arquivar a CPI da Toga do intocável Judiciário, não me convidem para este enterro nem para segurar o caixão. Me incluam fora — afirmou.

Recurso contra a decisão da CCJ seguiu para a análise do Plenário, que dará a palavra final.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário Mota defende instalação de colegiado sobre o Judiciário

Telmário Mota (Pros-RR) defendeu ontem a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Tribunais Superiores. Mesmo reconhecendo que há muitos servidores do Judiciário que trabalham honestamente, o senador acredita que há um pequeno grupo que preserva algumas autoridades.

Ele citou o caso do ex-senador Romero Jucá, que, segundo Telmário, foi denunciado 37 vezes no Supremo Tribunal Federal (STF) desde que foi eleito senador, em 1995.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim comemora aprovação de duas PECs que alteram Orçamento

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação da PEC 61/2015, que permite a transferência direta de recursos federais para estados e municípios por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. Para o senador, a proposta vai acabar com a perda de recursos para atravessadores.

Paim também elogiou a aprovação da PEC 34/2019 que determina a execução obrigatória de emendas de bancada.

O senador ainda destacou a aprovação da regulação da equoterapia para reabilitar pessoas com deficiência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme apoia marcha de prefeitos e pede um novo pacto federativo

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem a reformulação do pacto federativo. O senador registrou a 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e manifestou apoio à pauta municipalista.

Na opinião do senador, é preciso garantir aos prefeitos os recursos suficientes para fazer frente às ações que são obrigados a executar por força de lei. Ele salientou que somente a União concentra 65% da arrecadação nacional, enquanto os estados e municípios ficam com 27% e 8%, respectivamente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo: país pode fazer a reforma mantendo direitos

Na comissão que acompanhará o andamento na Câmara da proposta para a Previdência, secretário Rogério Marinho disse que esta é a última chance de o país fazer ajustes sem avançar sobre direitos adquiridos

O SECRETÁRIO ESPECIAL de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse ontem que o Brasil terá a última oportunidade de fazer um ajuste no sistema previdenciário sem avançar nos direitos adquiridos de mais de 30 milhões de brasileiros. A afirmação foi feita durante instalação da comissão do Senado destinada a acompanhar a proposta de emenda à Constituição que modifica o sistema de Previdência Social (PEC 6/2019), em tramitação na Câmara.

Composta por nove titulares e nove suplentes, a comissão é presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) e tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

— O que nos motivou a apresentar o projeto foi querer que o sistema fosse justo e sustentável, ao contrário da forma como ele se encontra hoje — disse Marinho.

Segundo o secretário, a ideia do projeto é que, ao longo de um período de transição, funcionários públicos federais, que ganham um pouco mais do que a média da população, venham a ter as mesmas regras.

Segundo Marinho, há aproximadamente 30 milhões de aposentados e pensionistas no país. Cerca de 66,5% recebem até um salário mínimo e 16,9%, até dois. Ele lembrou que o governo pretende economizar cerca de R\$ 1,1 trilhão em dez anos com a reforma.

O secretário disse que no Brasil há 71,3 milhões de pessoas potencialmente beneficiárias do INSS, o que inclui celetistas, autônomos, microempresários e trabalhadores intermitentes que estão na ativa e ainda vão se aposentar.

Fraudes

Em relação ao combate a fraudes na Previdência, Marinho ressaltou que há mais de 60 dias tramita no Congresso uma medida provisória (MP 871/2019) que trata especificamente do tema.

— Esperamos R\$ 9,8 bilhões no primeiro ano, como resultado dessa MP.

Ele disse que o sistema previdenciário é deficitário, conforme atesta o Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2018, afirmou, o sistema fechou o ano com um rombo de R\$ 265 bilhões.

O secretário apontou desencontro de dados entre os beneficiários da Previdência no meio rural. O IBGE informa que 16% da população mora no meio rural, mas o governo



Marinho com Otto Alencar e Tasso Jereissati na instalação da comissão

registra mais de 33% de aposentados rurais no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), garantiu.

— Na MP 871 mudamos a forma de convalidação do tempo por sindicatos e passamos a uma declaração do próprio trabalhador, que vai definir o tempo que ele efetivamente passou na atividade rural. A ideia é que possamos tornar o cadastro livre de fraude.

Dívidas

Em março, disse Marinho, o governo apresentou projeto de lei que instrumentaliza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para que ela possa trabalhar na recuperação de dívidas (PL 1.646/2019).

Segundo ele, a soma chega a R\$ 500 bilhões, que podem ser divididos em três partes. O primeiro terço está em trâmite judicial, com recuperação de R\$ 6 bilhões a R\$8 bilhões por ano. O segundo está em negociação ou ajuizamento. O terceiro é irrecuperável, porque é fruto de passivos de empresas que já faliram.

Marinho destacou que a PEC 6/2019 também prevê a criação de uma Lei de Responsabilidade Previdenciária, estabelecendo que os estados e municípios terão um período determinado para adequar-se à realidade, sob pena de não receberem repasses.

A partir da votação da PEC, o prazo máximo de parcelamento das dívidas será de 60 meses, e não mais de 240 ou 360 meses, “para evitar a roda viva feita pelos devedores contumazes”, disse.

Discussão

No debate com Marinho, Otto explicou que a comissão do Senado pretende discutir a reforma previdenciária “ponto por ponto” em diversas audiências públicas. Disse ainda ser fundamental “compatibilizar o aspecto fiscal com o social”.

— Não haverá interferências da comissão de acompa-

nhamento nas decisões da Câmara. O que vai acontecer é o acompanhamento dos estudos preliminares que estão sendo feitos lá para, quando a proposta chegar ao Senado, termos consciência do que está acontecendo — esclareceu.

Tasso expôs o plano de trabalho da comissão. Entre os temas a serem abordados nas audiências públicas, estão: diagnóstico e perspectivas para as contas do RGPS; regimes próprios da União, dos estados e dos municípios; pensão por morte e acúmulo de benefícios; previdência dos militares; aposentadoria rural; benefício de prestação continuada (BPC); abono salarial; questões de gênero na Previdência; e regras de transição.

As datas e os participantes convidados para cada debate ainda serão definidos.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) defendeu a necessidade da reforma, mas ressaltou que a população mais desprotegida precisa da ajuda do governo para a sobrevivência.

Simone Tebet (MDB-MS) avaliou que as mulheres estão sendo duplamente penalizadas pela reforma, com aumento do tempo de contribuição em cinco anos e da idade de aposentadoria em dois anos.

Para Cid Gomes (PDT-CE), a reforma é um “remendo em uma câmara de ar velha e ultrapassada, que é o nosso modelo de repartição, tratando de parametrizações de tempo de contribuição, idade mínima e percentuais de contribuição”. Ele defendeu a taxação sobre lucros e dividendos e a tributação dos bancos, que registram “lucros exorbitantes e recordes em todos os anos”.

Já Eduardo Braga (MDB-AM) disse que “há certezas e muitas dúvidas” em relação à reforma da Previdência. Para o senador, o Brasil precisa de uma reforma que tenha aspectos fiscais, mas que considere a manutenção de uma rede de proteção social.

Para especialistas, MP põe em risco a proteção de dados pessoais

A medida provisória que altera a Lei Geral de Proteção de Dados foi considerada um retrocesso por especialistas que participaram de audiência na comissão mista da MP 869/2018. Para eles, o texto compromete os princípios da legislação (Lei 13.709, de 2018). A MP revogou a obrigatoriedade de prestar contas sobre o uso de dados pessoais coletados de cidadãos em certas situações e permitiu o compartilhamento de determinados bancos de dados com o setor privado. O relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), deve apresentar seu parecer no dia 23.

Para a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Renata Mielli, a medida flexibilizou a legislação quanto às obrigações do poder público de tal forma que “não temos mais uma norma de proteção de dados pessoais”.

Relação com o Estado

O fundador do Instituto Data Privacy Brasil, Bruno Bioni, disse que, sem um marco legal sólido, princípios fundamentais da relação do cidadão com o Estado ficam comprometidos. Segundo ele, se a MP for aprovada, objetivos do governo, como a digitalização da administração pública, podem ser prejudicados, pois as parcerias com o setor privado não podem avançar caso haja insegurança jurídica na formação de bases de dados governamentais. Outro risco, avaliou, é ao eventual ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Renata, a MP abre caminho para que órgãos de governo tornem públicos os

dados de pessoas que façam pedidos via Lei de Acesso à Informação.

— A privacidade é fundamental para garantir que quem procura informações sobre o Estado não seja alvo de perseguição ou retaliação.

O coordenador estratégico do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Ulysses Machado, disse que a empresa está ciente de que há venda de bases de dados sob sua responsabilidade em decorrência de “atividades ilegais”, mas que elas têm sido combatidas. Ele afirmou que o Serpro adota práticas que estão à frente de convenções internacionais e da OCDE.

Autoridade nacional

A MP cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei geral.

O coordenador-geral de Contraineligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Moisés Dionísio da Silva, considera que a criação da ANPD é urgente porque dados estratégicos e sensíveis à segurança nacional estão vulneráveis enquanto não há uma entidade responsável pela normatização da sua operação.

Coordenador de Proteção de Dados do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), o promotor de Justiça Frederico Ceroy discordou. Para ele, a ANPD não pode ter atribuições relativas à segurança nacional, por se tratar de um órgão civil. Ceroy afirmou porém que a autoridade deve normatizar o tratamento de dados inseridos em investigações criminais.

Marcos do Val pede impeachment do ministro do STF Gilmar Mendes

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) apresentou ontem ao Senado denúncia de crime de responsabilidade contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A representação pede o impeachment do ministro.

A denúncia (PET 9/2019) lista três condutas que, segundo Marcos do Val, são passíveis de processo e julgamento pelo Senado. O senador acusa Gilmar Mendes de exercer influência indevida para a instalação de um complexo industrial em Diamantino (MT), cidade natal do ministro; de atuar no julgamento de habeas corpus de uma

pessoa com quem tinha relacionamento íntimo; e de atuar em um processo com participação de escritório de advocacia do qual a esposa era sócia.

A denúncia segue para a Mesa do Senado e caberá ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, aceitá-la ou rejeitá-la. Caso aceita, será instalada uma comissão de 21 senadores para emitir parecer. A decisão final caberá ao Plenário.

O ministro Gilmar Mendes foi alvo de 16 pedidos de impeachment no Senado desde 2005. A denúncia de Marcos do Val é a primeira assinada por um senador.



Hospital de Base/SP

O projeto estabelece o prazo para exames nos casos em que o câncer seja a principal hipótese do médico

SUS poderá ter 30 dias para fazer diagnóstico de câncer

Prazo máximo para a realização do exame foi estipulado por projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Mudança será incluída na lei que já prevê o início do tratamento em no máximo 60 dias

O PLENÁRIO VOTARÁ, em regime de urgência, projeto que garante aos pacientes do SUS com suspeita de câncer o direito a biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico. Da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), o PLC 143/2018 foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta determina que o limite de até 30 dias valerá para os exames necessários nos casos em que a neoplasia

maligna (termo médico que se refere aos tumores cancerígenos) seja a principal hipótese do médico. A mudança será incluída na lei que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico do câncer (Lei 12.732, de 2012). O objetivo é acelerar o acesso a medicações e cirurgias necessárias pelos pacientes. Carmen avaliou que a falta de prazo também para os exames diagnósticos é uma lacuna na lei atual.

A proposta faz parte da pauta prioritária da bancada feminina. O relator na CAS, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), ressalta que o momento da detecção do câncer impacta decisivamente no percentual de pessoas que morrem por causa da doença. Ele cita estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), segundo as quais 300.140 novos casos tenham sido registrados entre os homens e 282.450 entre as mulheres, somente em 2018.

Aprovado desconto de 50% em remédio para aposentado

Aposentados e pensionistas que ganham até o teto estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) poderão ter desconto de 50% na compra de medicamentos. O benefício, a ser subsidiado pelo governo federal, está previsto em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

Do senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS 235/2018 altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 1990). A proposta mantém duas ações já adotadas pelo Programa Farmácia Popular, mantido pelo SUS: fornecimento gratuito e sub-

sídio na compra de medicamentos com base em critérios epidemiológicos.

“É necessário ampliar a abrangência do Programa Farmácia Popular para beneficiar esse segmento da nossa população, independentemente das moléstias de que padecem. Por isso, propomos criar uma terceira modalidade para fornecer a esse segmento o acesso a medicamentos a baixo preço, mediante subsídios que lhes possibilitem adquirir quaisquer remédios que lhes sejam prescritos com desconto de 50% no preço de referência”, destaca Paim.

Ao recomendar a aprovação da proposta, a relatora, Mailza

Gomes (PP-AC), observou que o exame do benefício não poderia ser mais oportuno. Ela acatou emenda apresentada pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), para limitar o benefício apenas aos aposentados pelo RGPS.

“Num momento em que o Parlamento debate a reforma da Previdência, com a perspectiva de redução dos direitos dos aposentados e pensionistas, o PLS 235/2018 vai no sentido oposto”, ressalta Mailza.

A senadora disse ainda que a medida é necessária, já que as despesas com medicamentos correspondem a quase metade dos gastos com saúde das famílias brasileiras.

Aposentado com diabetes pode ser isento do Imposto de Renda sobre proventos

Portadores de diabetes mellitus poderão ter direito à isenção de Imposto de Renda (IR) sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. O benefício está previsto no PL 585/2019, do senador Alvaro Dias (Pode-PR), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto seguiu para análise final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta muda a Lei 7.713, de 1988, sobre a legislação do IR. Em seu relatório, Romário (Pode-RJ) afirma que “sem acesso aos serviços de saúde que o Estado tem o dever de oferecer, os diabéticos têm que recorrer a seus próprios recursos para custear o controle da glicemia e o tratamento das complicações, além de, muitas vezes, sofrerem redução da sua capacidade laboral”.

Projeto que regulamenta profissão de educador social seguirá para a Câmara

Em votação final, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que regulamenta a profissão de educador social.

Do senador Telmário Mota (Pros-RR), o PLS 328/2015 foi relatado por Paulo Paim (PT-RS).

O senador apresentou emenda para definir o campo de atuação do educador social, profissional que deverá exercer ações de educação e mediação no campo dos direitos e deveres humanos, da justiça social e do exercício da cidadania.

A emenda também estabeleceu como alvo da atenção do educador social pessoas de “qualquer classe social, sexo, etnia, cultura, nacionalidade e outras, por meio de promoção cultural, política e cívica”.

Outra emenda aprovada exige nível superior para quem ingressar na carreira após a transformação do projeto em lei, mas o texto admite nível médio como escolaridade mínima para os educadores que já estiverem em atuação na data de publicação da norma.

Financiamento da saúde e riscos causados por protetor solar a corais serão debatidos

O projeto que pretende proibir a venda de protetores solares com substâncias tóxicas aos recifes de corais será debatido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O requerimento foi apresentado pelo autor da proposta, Lasier Martins (Pode-RS), e pela relatora, Zenaide Maia (Pros-RN). O PL 616/2019 tem o objetivo de prevenir impactos ambientais decorrentes da contaminação dos recifes por ingredientes tóxicos aos corais, contidos em algumas marcas de protetor.

Lasier ressaltou os riscos atribuídos a essas substâncias tóxicas em relação também à saúde humana. Segundo o senador, a oxibenzona e o triclosan, presentes em alguns protetores, poderiam provocar

câncer de pele e distúrbios hormonais.

O assunto será debatido com representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Anvisa, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, e da indústria de cosméticos. A data ainda será definida.

A CAS também vai debater formas de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O requerimento de Jorge Kajuru (PSB-GO) foi aprovado ontem. Entre os itens de discussão está o desequilíbrio entre as obrigações de um sistema de saúde complexo e a capacidade de atender seus objetivos.

A definição da política pública a ser avaliada pelo colegiado em 2019 ficou para a próxima reunião.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Governo espera dobrar fluxo de turismo até 2022, afirma ministro

Em debate, Marcelo Álvaro Antônio disse que também há planos de ampliar para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país

O MINISTRO DO Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, informou que o governo pretende dobrar o fluxo de visitantes ao país dos atuais 6,6 milhões de pessoas para 12 milhões até 2022. A meta foi apresentada ontem em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

— Só Cancún, no México, recebe 7 milhões de viajantes por ano. Ou seja, uma faixa de 24 quilômetros de praia atrai mais gente que o Brasil. Recebemos US\$ 5,89 bilhões dos turistas estrangeiros anualmente e queremos passar para US\$ 19 bilhões — esclareceu.

Segundo o ministro, são objetivos ambiciosos, mas factíveis, que já estavam previstos no Plano Nacional do Turismo (PNT) e que agora foram abraçados pelo governo Bolsonaro. Entre as providências para alcançá-los, citou, está a dispensa de visto para cidadãos americanos, japoneses, canadenses e australianos e a adoção do visto eletrônico

para chineses e indianos, em estudo pelo ministério.

— Temos que decidir o que queremos: geração de renda e emprego no turismo ou a política de reciprocidade por si só? — indagou.

Ampliar de 60 milhões para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país, melhorar a gestão dos patrimônios mundiais do Brasil e conceder à iniciativa privada imóveis da União com potencial turístico também estão entre os planos.

Aéreas e parques

Antônio fez uma forte defesa da abertura do capital das companhias aéreas no Brasil que, para ele, é a saída para baratear os preços das passagens e abrir novas rotas e destinos. Segundo ele, tal medida, juntamente com a limitação de 12% do ICMS sobre o querosene de aviação, terão impactos positivos diretos na vida dos turistas.

— É inadmissível que um país com mais de 200 milhões



Ministro do Turismo fala em audiência pública dirigida por Izalci Lucas

de habitantes e 8,5 milhões de quilômetros quadrados tenha quatro empresas operando. Na verdade, três, já que uma delas está em recuperação judicial.

O ministro também destacou o plano de concessão de parques que está sendo preparado. Segundo ele, são 11 unidades de conservação já prontas para serem administradas pela iniciativa privada. Ele garantiu que será um modelo ambientalmente responsável.

Números do setor

O turismo no mundo é responsável por

10,4%

do PIB mundial

A atividade turística responde por 1 em cada 5 empregos gerados no mundo

Em 2018, o setor cresceu 3,9% no mundo, à frente da construção (3,4%), da agricultura (1,8%) e dos serviços financeiros (1,7%)

O Brasil recebe 6,6 milhões de visitantes internacionais, o equivalente a apenas 0,5% do fluxo mundial

O Brasil é o 16º em gasto no exterior e o 48º em arrecadação

A cadeia econômica turística gera 6,7 milhões de empregos, e a meta do governo é criar mais 2 milhões de postos de trabalho

A receita gerada pelos visitantes internacionais está na ordem de US\$ 5,9 bi. O governo pretende elevar para US\$ 19 bi

Ministro nega envolvimento com candidaturas-laranja

Na audiência da CDR, Marcelo Álvaro Antônio negou que tenha participado de um esquema de candidaturas-laranja no PSL, em Minas Gerais, para desviar dinheiro do Fundo Partidário. Ele foi eleito deputado federal e se licenciou para assumir o cargo de ministro do Turismo.

— Sempre agi dentro da legislação eleitoral e nunca

fiz algum procedimento inadequado. O processo corre em segredo de Justiça e confio nas instituições da Polícia Federal e do Ministério Público — afirmou.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que ficou indignada com as denúncias. Para a senadora, as mulheres foram usadas como instrumentos pelos partidos.

— Lutamos muito para

chegar aqui. Não foi fácil, houve muita luta e empenho. Ser usada dessa forma traz retrocesso e faz parecer uma falsa verdade, de que o sistema de cotas por gênero deve ser eliminado — lamentou.

Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que o PSL não é o único partido com suspeita de irregularidades, e que várias outras legendas têm explicações a dar.

FGTS poderá financiar empresa que usa energia solar fotovoltaica

Empresas que utilizam energia solar fotovoltaica em sua matriz energética poderão ser financiadas com recursos do FGTS. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O PLS 524/2018 altera a Lei 8.036, de 1990, para viabilizar a aplicação de recursos do fundo em operações de crédito destinadas a projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. O projeto determina a aplicação de pelo menos 1% dos recursos do FGTS em operações de crédito destinadas a empresas que utilizem energia elétrica oriunda predominantemente de usina fotovoltaica.

Autora do projeto, a senadora Rose de Freitas (Pode-ES)

destaca a importância da ampliação do uso de energia solar na matriz energética brasileira como forma de reduzir o uso de outras formas “mais agressivas ao meio ambiente”.

O relator da proposta, Jacques Wagner (PT-BA), ampliou o incentivo para pessoas jurídicas de direito privado, e não apenas exclusivamente para empresas. O objetivo do senador é contemplar também uma série de instituições que não ostentam a forma empresarial, mas que podem ser alcançadas pela proposta, a exemplo de instituições de ensino, saúde e cooperativas.

O texto segue para votação final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Dificuldade de custear pequenas centrais hidrelétricas será apurada

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pedirá informações ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a política do Banco da Amazônia (Basa) de não financiar projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidráulicas (CGHs). Segundo a autora do requerimento, Kátia Abreu (PDT-TO), o Basa financia projetos de energia eólica e fotovoltaica, mas tem dificultado empréstimos para a construção de PCHs e CGHs.

A CCT também aprovou uma audiência sobre a possibilidade de prorrogação da vigência da Lei do Audiovisual (Lei 8.685, de 1993), que vale

até o fim deste ano. Solicitado pelo senador Marcos do Val (Cidadania-ES), o debate deve ser conjunto com a Comissão de Educação (CE). Serão convidados o secretário especial da Cultura do Ministério da Cidadania, Henrique Medeiros, e o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Christian de Castro, entre outros.

Outra audiência aprovada, a pedido de Vanderlan Cardoso (PP-GO), debaterá os dobramentos da tecnologia da informação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Serão convidados o diretor de Operações do Senai, Gustavo Leal, e a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio.

Reguffe defende capital de fora em aéreas nacionais

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem a abertura do mercado aéreo. Ele avaliou que o país vive um oligopólio, já que apenas três empresas controlam o transporte aéreo civil. O senador defendeu a Medida Provisória (MP) 863/2018, que permite empresas com 100% de capital estrangeiro operarem voos domésticos no Brasil.

— Quando você permite que empresas estrangeiras operem voos domésticos, você aumenta a concorrência e gera uma competição que provoca uma queda no preço e uma melhoria na qualidade do serviço.

Rodrigues elogia os 100 dias do governo Bolsonaro

Chico Rodrigues (DEM-RR) listou ontem o que considera ações positivas dos primeiros 100 dias do governo. Uma das ações foi o atendimento eletrônico de devedores de órgãos federais, com o intuito de aumentar a arrecadação. Ele lembrou o estímulo à agricultura familiar, a independência do Banco Central e o 13º salário do Bolsa Família.

— Imaginem a sensibilidade do presidente que, reconhecendo que um salário a mais vai ajudar, determinou a criação do 13º salário do Bolsa Família.

Humberto Costa critica primeiras ações do Executivo

Ao avaliar os 100 primeiros dias do governo Bolsonaro, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o que mais se viu foram disputas internas, falta de articulação com o Congresso, recuo de decisões e dois ministros exonerados.

O senador também criticou o pacote anticrime encaminhado ao Congresso. — O que tem acontecido é a divulgação de decisões que vão não para reduzir a violência, mas para aumentar a insegurança, como a liberação da posse de armas por decreto e esse pacote que dá a licença para matar.

Em debate, produtores reclamam de redução da oferta de crédito rural

Audiência ontem na Comissão de Agricultura foi marcada por críticas à redução da disponibilidade de recursos pelos bancos

A QUEDA DE 25% no número de contratos de crédito rural verificada nos últimos cinco anos foi lamentada ontem por debatedores na Comissão de Agricultura (CRA).

Para o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ademiro Vian, o sistema brasileiro de crédito rural vem sendo desmontado por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ele reclamou, por exemplo, das reduções da exigibilidade bancária da poupança rural de 74% para 60% e nos depósitos à vista de 34% para 30%. Assim, as resoluções reduziram a quantidade de recursos captados a serem oferecidos para financiamento do produtor.

Vian também considera prejudicial a mudança na metodologia de cálculo das exigibilidades de crédito rural, adotada para o Plano Safra 2018/2019. Ao alterar metas de mensais para anuais, a exigibilidade caiu de R\$ 67 bilhões para R\$ 53 bilhões. Essa mesma resolução ainda tornou livres as taxas de juros de recursos de financiamentos



Presidente da comissão, Soraya Thronicke ouve as explicações de Boueri

concedidos via Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que até então possuíam taxa favorável, de 8,5% ao ano.

— Hoje toda LCA que é captada com isenção tributária, é emprestada à taxa livre no crédito rural. Captam com isenção e aplicam em taxas de mercado sem teto, com a única obrigação de reverterem 35% para o crédito rural — denunciou.

O representante do Ministério da Agricultura (Mapa), Eduardo Sampaio, apresentou dado oficial de que os contratos de crédito rural apenas no custeio caíram de 1,141 milhão em 2014 para 858 mil

no ano passado, uma queda de 25% que definiu como assustadora. Ele acrescentou que quase a metade dos créditos concedidos em 2018 (cerca de 400 mil) foram de valores inferiores a R\$ 20 mil, menos de 10% do teto que pode ser concedido por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Ao serem considerados os créditos de até R\$ 50 mil, sobem para quase 600 mil os atendidos, o que explicita que a grande maioria dos tomadores de empréstimos são micro e pequenos produtores.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disse que os Estados

Unidos e a União Europeia já concedem subsídios a produtores rurais que chegam a US\$ 1 bilhão diariamente, num total de US\$ 365 bilhões ao ano. Kátia ainda informou que 26% do valor bruto da produção agropecuária dos EUA provém de subsídios. Na Europa, essa relação chega a 24% e na China, a 17%.

— Já aqui no Brasil esta relação é de apenas 4%.

Já o autor do requerimento para a audiência, Luis Carlos Heinze (PP-RS), apontou que o crédito agrícola caiu nos últimos anos por conta da diminuição da renda da maioria dos micro e pequenos agricultores. A presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS), registrou a participação dos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania, enfatizando o apoio ao agronegócio.

Em resposta aos senadores, o subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia, Rogério Boueri, disse que a pasta trabalha para tornar 2019 “o ano de maior concessões de créditos rurais em toda a história do país”.

Especialistas condenam maior prazo para regularização ambiental

A prorrogação até 31 de dezembro para produtores rurais aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), tema da Medida Provisória 867/2018, foi criticada ontem por especialistas em audiência pública na comissão mista que analisa a MP.

O PRA é direcionado a imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e oferece oportunidade de resolver passivos ambientais, recuperando a vegetação de modo a adequar as propriedades à legislação.

A possibilidade de haver um PRA declaratório, sem verificação, recebeu críticas do procurador da República em Mato Grosso Erich Masson. Ele previu o aumento

da desconfiança sobre as informações fornecidas pelos produtores e citou as crescentes exigências de responsabilidade ambiental por parte do mercado internacional.

Coordenadora do Observatório do Código Florestal, Roberta del Giudice disse que a MP adia pela quinta vez a inscrição no CAR, desde a edição do novo Código Florestal (Lei 12.651, de 2012). Para ela, as postergações passam a mensagem de que “descumprir a lei vale a pena”. Roberta avalia que o código ajuda o país na transição para uma economia de baixo carbono.

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Raoni Rajão afirmou que o Código Florestal

representou um grande pacto com a sociedade: garantiu o perdão de 58% do desmatamento ilegal anterior a 2008, contanto que a nova lei fosse cumprida. Ele concorda que os adiamentos premiam os que não se regularizaram.

Representante da organização não governamental Grain para a América Latina, Larissa Packer disse que a reabertura de prazo agrava a insegurança jurídica e aumenta o risco de desmatamento quando o mundo demanda “consolidação da tutela ambiental”.

O consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA) Mauricio Guetta alertou para o fato de pelo menos 30 emendas à MP não guardarem relação com o texto original.

Segundo ele, se aprovadas, elas representarão uma reversão do Código Florestal.

Secretária de Meio Ambiente de Goiás e representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Andréa Vulcanis observou que a confirmação e a validação de todos os cadastros levará anos. A Abema sugere que o produtor rural possa iniciar imediatamente as atividades de adequação, sendo permitido incluir essas ações no termo de compromisso para a obtenção de benefícios.

A comissão mista é presidida pela senadora Juíza Selma (PSL-MT) e tem como relator o deputado Sergio Souza (MDB-PR).

Proibição de venda de cães e gatos nas ruas é aprovada em colegiado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que proíbe o comércio indiscriminado de animais de estimação em locais públicos e fora de lojas autorizadas para esse fim. Pelo PLS 358/2018, quem desrespeitar a norma, sujeitando os animais a condições insalubres, cometerá crime ambiental (Lei 9.605,

de 1998) e estará sujeito a pena de três meses a um ano de prisão, mais pagamento de multa. Se o animal morrer, a pena é aumentada de um sexto a um terço. A proposta segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça, onde terá votação final.

O projeto é do então senador Rudson Leite, suplente de Telmário Mota (Pros-

-RR). Para o autor, a venda na rua ocorre quase sempre com os animais expostos em porta-malas de carros e em outros locais indevidos, como caixas, sem preocupação alguma com a saúde ou o bem-estar deles, e é preciso impedir a prática.

Em relatório favorável, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) considera que a

venda de animais de estimação fora de lojas especializadas não lhes assegura o necessário bem-estar.

“A venda de animais em logradouros públicos, como praças, vias de circulação e feiras-livres, realizada por meio de comércio ambulante, é uma prática que deve ser banida”, afirma a senadora no relatório.

Plínio concorda com exploração racional da Amazônia

Em discurso ontem, Plínio Valério (PSDB-AM) disse concordar parcialmente com o presidente Jair Bolsonaro sobre o desenvolvimento da Amazônia. O senador defende a exploração racional das riquezas naturais da região.

Na opinião de Plínio, não é justo que os caboclos e os índios passem fome, enquanto pisam em ouro e outros minerais, para preservar a floresta em pé.

No entanto, o senador disse ser contrário à ideia de Bolsonaro de firmar uma parceria exclusiva com os Estados Unidos para explorar a Amazônia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha cobra mais fiscalização de trabalho escravo

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu ontem uma fiscalização mais severa no combate ao trabalho escravo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Autor, quando era deputado, de propostas que resultaram em leis que criminalizaram o trabalho escravo — a Lei 9.777, de 1988, e a Emenda Constitucional 81 —, o senador afirmou que a prática de escravizar trabalhadores ainda se multiplica de diversas maneiras.

— A realidade do trabalho escravo no Brasil traz para nós a necessidade de denunciarmos permanentemente esse crime hediondo — afirmou.

Zenaide Maia critica venda do patrimônio nacional

Zenaide Maia (Pros-RN) pediu que o Congresso fique atento às parcerias que o governo firma com outros países envolvendo o patrimônio nacional. A senadora mencionou a venda da Embraer para a Boeing, a exploração do pré-sal por multinacionais e o possível controle de companhias aéreas pelo capital estrangeiro.

— O que chama a atenção, por exemplo, é que a venda da Embraer foi US\$ 4,5 bilhões, e a venda do Copacabana Palace Hotel rendeu US\$ 3,27 bilhões. Aí a gente vê por quanto estão comprando o nosso patrimônio.



Waldemir Barreto/Agência Senado